

# Desemprego alto frustra retomada da arrecadação

Quase 60% das receitas primárias do governo federal vem de tributos que recaem sobre a massa salarial e o consumo das famílias, diz estudo

Alexa Salomão

Está cada vez mais claro para os economistas especializados em finanças públicas que o comportamento da arrecadação da União mudou. Após sucessivas frustrações nas previsões de receita, quem estuda o tema acredita que a arrecadação acompanha muito mais o comportamento do mercado de trabalho do que o crescimento da economia propriamente dito. Como o desemprego é o último indicador a reagir após uma crise severa como a que o País vive, a perspectiva é que a recuperação da receita também tende a demorar mais tempo do que se estimou inicialmente.

Segundo levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, quase 60% das chamadas receitas primárias do governo federal (que não incluem ganhos financeiros) vem de tributos que recaem sobre a massa salarial e o consumo das famílias. Dentro dessa perspectiva, o forte aumento da arrecadação que se

viu nos últimos anos teria sido influenciado, em larga medida, pela estabilidade econômica, a partir do Plano Real – que deu segurança e renda aos consumidores –, bem como pelo aumento das contratações com carteira assinada.

O IFI mostra que, na década entre 2003 e 2014, a taxa de desemprego caiu de 12,3% para 4,8%, e o rendimento médio real aumentou cerca de cinco pontos percentuais acima da inflação. Paralelamente, a arrecadação do governo central viveu um período áureo: teve aumento, na média, de 6,9% ao ano acima da inflação entre 1999 a

● **O efeito do trabalho**  
“A melhora da arrecadação não é apenas uma questão de recuperação do PIB (Produto Interno Bruto), como muitos estimam, mas também do mercado de trabalho.”

**Gabriel Barros**

DIRETOR DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE DO SENADO

2008. Com a crise, em 2009, o cenário se altera, mas o baque vem justamente quando ocorre a forte retração no emprego.

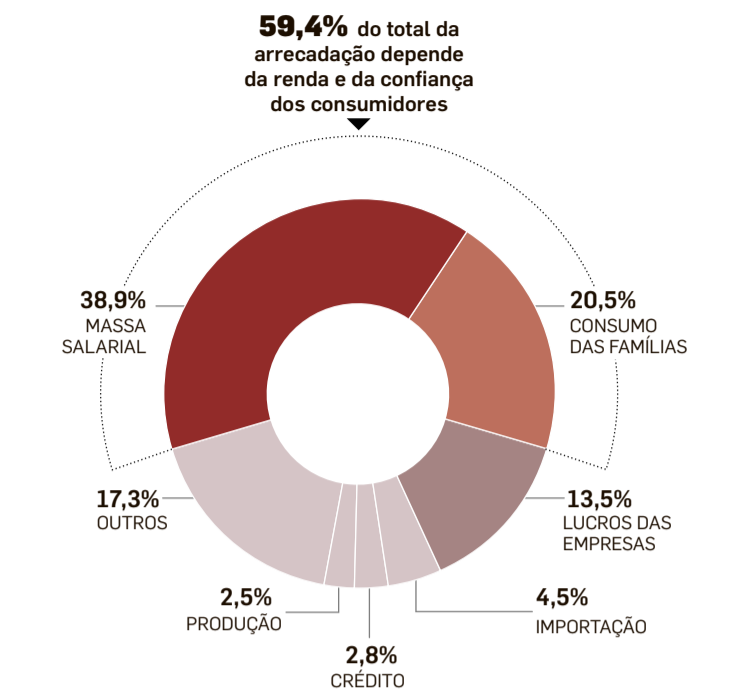
“A melhora da arrecadação não é apenas uma questão de recuperação do PIB (Produto Interno Bruto), como muitos estimam, mas também do mercado de trabalho”, diz Gabriel Barros, diretor do IFI, que está aprofundando os estudos sobre a relação entre emprego, crescimento e arrecadação federal.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto de Direito Público (IDP), há um tempo vem alertando para o fato de que mudanças na tributação sobre a folha de pagamento, como a desoneração, requerem atenção do governo porque não foram feitos estudos adequados sobre seus impactos sobre as contas públicas. Afonso está especialmente preocupado com os efeitos da reforma trabalhista sobre a arrecadação.

**Mudança.** A economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), também identificou que a relação entre crescimento do PIB e arrecadação mudou. “Quem está tendo surpresas negativas com a arrecadação são as pessoas que levam em consideração as séries históricas mais longas. Nelas, a arrecadação cresce acima do PIB. Mas nas séries mais recentes, pós-crise, isso muda, e o

## QUEM ABASTECE O CAIXA FEDERAL

● A tributação sobre a massa salarial e o consumo das famílias são as duas principais fontes de receita do governo e não vão reagir enquanto o mercado de trabalho continuar em baixa\*



\*RECEITAS PRIMÁRIAS, QUE NÃO INCLUEM GANHOS FINANCEIROS

FONTES: SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL/INSTITUTO FISCAL INDEPENDENTE INFOGRÁFICO/ESTADÃO

dora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), também identificou que a relação entre crescimento do PIB e arrecadação mudou. “Quem está tendo surpresas negativas com a arrecadação são as pessoas que levam em consideração as séries históricas mais longas. Nelas, a arrecadação cresce acima do PIB. Mas nas séries mais recentes, pós-crise, isso muda, e o

avanço da arrecadação é inferior ao do PIB”, diz Vilma.

Parte das frustrações nas estimativas de receita feita pelo governo viria justamente do fato de os parâmetros utilizados levarem em consideração o pressuposto anterior – que o crescimento da receita acompanha o crescimento do PIB.

Afora o comportamento do mercado de trabalho, outros fatores também que estariam aju-

dando a murchar a receita federal. Um que vem sendo duramente criticado é a prática de sucessivos Refis, programa especiais de regularização tributária para empresas que não pagaram os impostos em dia.

**Refis.** Na média, têm sido praticamente dois Refis por ano, porque o governo tenta tapar com receitas extras a falta das receitas esperadas. As condições de abatimento nos programas, porém, se tornaram muito vantajosas, dizem os especialistas. Excluem-se juros, mora. Ao final, a empresa inadimplente pode pagar praticamente o principal do débito, e parcelado, a perder de vista.

“Os números estão aí para mostrar que os Refis estão derubando a arrecadação”, diz Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman e ex-secretária de Finanças de Goiás.

O mais recente relatório do Ibre sobre a arrecadação, que avalia o mês de maio, traz esses números. Mostra que os tributos pagos por empresas (Imposto de Renda e Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido) tiveram queda de 13,3% na comparação mensal entre maio deste ano com maio do ano passado.

O resultado é quatro vezes pior do que o apresentado na totalidade dos tributos. O mais preocupante: a tendência é de retração forte na arrecadação dos tributos de empresas quando se avalia o acumulado entre janeiro e maio deste ano com o do ano passado.

# Com folga, Senado aprova urgência para a reforma trabalhista

Para o governo, placar de 46 a 19 serve de termômetro para a votação do projeto no plenário

Julia Lindner  
Thiago Faria / BRASÍLIA

O plenário do Senado aprovou ontem, por 46 votos a 19, a urgência para a aprovação da reforma trabalhista. O projeto agora precisa ser apreciado pe-

lo plenário, última etapa da tramitação da reforma na Casa. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou que há um acordo entre líderes partidários para que a votação da proposta ocorra na próxima terça-feira.

O presidente Michel Temer afirmou que o placar mostra uma “expressiva margem”. “É mais um sinal do comprometimento da base de apoio ao governo com as medidas que estão modernizando o Brasil e nossa economia”, disse Alexan-



Plenário. Proposta deve ser votada dia 11, diz Eunício

dre Parola, porta-voz. O placar da votação da urgência, na visão dos assessores presidenciais, também serve como um termô-

metro de quantos votos o Planalto tem para garantir a aprovação do projeto na semana que vem – é preciso a maioria sim-

ples, 41 votos favoráveis.

A reforma trabalhista muda a relação entre patrões e empregados. O projeto, amplamente apoiado pelas entidades empresariais, prevê, por exemplo, que os acordos coletivos tenham força de lei. Também acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical e permite a flexibilização de contratos de trabalho. Direitos constitucionais, como o 13.º salário, FGTS e salário mínimo, estão preservados.

Temer tem assegurado a parlamentares que vai assinar uma Medida Provisória (MP) para ajustar o texto da reforma e agradar aliados. A MP ainda está em fase de discussão entre Ministério do Trabalho e centrais sindicais. O principal imbróglio é em relação à obrigatoriedade imposto sindical, que a Câmara derrubou e os sindic-

listas pressionam para ao menos ter uma transição.

“O resultado foi tranquilo, dentro do esperado. Vamos discutir e votar na terça-feira”, disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), sobre o resultado da votação da urgência. Ele afirmou que “está aberto” para discutir mudanças na MP. / COLABORARAM CARLA ARAÚJO E TÂNIA MONTEIRO

A PETROBRAS MUDOU.

**PRÓXIMOS LEILÕES**  
FIQUE DE OLHO

**LEILÃO ONLINE DE 34 IMÓVEIS**

**Bradesco** DIA **28/07/2017** às **11h**

**COMERCIAIS • RESIDENCIAIS • ÁREAS RURAIS**

IMÓVEIS EM DIVERSOS ESTADOS DO BRASIL: GO • MG • SP • RJ • MT • MS

**À VISTA**  
10% DESCONTO

**FORMAS DE PAGAMENTO**

**FINANCIAMENTO**  
ATÉ 360 MESES

Lances: [www.sodresantoro.com.br](http://www.sodresantoro.com.br)

Veja todos os imóveis disponíveis nos sites: [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br) e [www.sodresantoro.com.br](http://www.sodresantoro.com.br). Para mais informações - tel.: 11 2464-6464

Atenção para possíveis modificações nos próximos editais

Otávio Lauro Sodré Santoro - Leiloeiro Oficial - Juicisp nº 607

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES, PORTOS  
E AVIAÇÃO CIVIL

**AVISO DE ADIAMENTO**  
Audiência Pública

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por meio da Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária comunica o ADIAMENTO da Audiência Pública visando divulgar o conjunto de licitações sucessivas para a contratação de empresa de consultoria para execução dos serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na execução das ações de manutenção e restauração, sob a jurisdição das Superintendências Regionais do DNIT, publicada no D.O.U. de 21/06/2017, Seção 3, Página 132.

**DATA E HORÁRIO:** 10/07/2017 às 09 horas. **LOCAL:** Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote A, Edifício Núcleo dos Transportes, mini auditório, 2º Andar, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **CONTATO:** (61)3315-4319, (61) 3315-4311.

**FÁBIO PESSOA DA SILVA NUNES**  
Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária

## DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas físicas e jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, **DECLARAM** sua intenção de constituir uma administradora de consórcio com as características abaixo especificadas:

Denominação social: **My Consórcio Administradora de Consórcios Ltda.**  
Local da sede: Rua Lourenço Marques, 315 Vila Olímpia, CEP: 04547-100 São Paulo – SP.  
Capital inicial de R\$ 1.000.000,00.  
Composição societária: **Marcio Silveira Kogut**, detentor de 50% do capital e **Marcelo Silveira Kogut**, detentor de 50% do capital.  
Controladores: **Marcio Silveira Kogut**, CPF: 874.666869-15 – Diretor Administrativo e **Marcelo Silveira Kogut**, CPF: 647.836.699-53 – Diretor Operacional.

As pessoas físicas acima identificadas, por intermédio do presente instrumento, **DECLARAM** também, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer cargos de administração na My Consórcio Administradora de Consórcios.

As pessoas físicas e jurídicas signatárias desta declaração de propósito **ESCLARECEM** que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de trinta dias contados da data da publicação desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do processo respectivo.

Ao Banco Central do Brasil  
Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)  
Gerência-Técnica em Curitiba (GTCUR)  
Av. Cândido de Abreu, 344 – 6º andar – Centro Cívico, 80530-914 Curitiba – PR.  
A/c Sr. Rogério Mandelli Bisi  
Processo nº 1701630479

São Paulo, 05 de Julho de 2017.

**Márcio Silveira Kogut**

**Marcelo Silveira Kogut**